PAUTA
Reunião de
CREP
30/7/25

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Conselho de Representantes
30/7/2025 - Auditório do CFCL Benê do SINESP

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br
sinespsp
(11) 3116-8400

A. Conjuntura

As lutas da categoria estão sendo travadas em um quadro de grande complexidade nacional, com fortes reflexos para o estado de São Paulo e a nossa cidade.

Desde antes da posse do presidente Donald Trump, afirmamos que seu governo traria um conjunto de turbulências para o cenário internacional e que seus movimentos chegariam ao Brasil em algum momento, combinando isso com as ações da extrema-direita brasileira liderada por Jair Bolsonaro, com quem o prefeito Ricardo Nunes se abraçou profundamente na eleição municipal, com um vice-prefeito indicado diretamente pelo ex-presidente, contando com as forças bolsonaristas no seu governo e na sua base política na Câmara Municipal.

A turbulência Trumpista se aproxima fortemente do Brasil já a partir de agosto, caso ele efetive o criminoso e injustificado "tarifaço" de 50% sobre todos os produtos nacionais exportados para os EUA. Aqui, é preciso evidenciar duas coisas conjugadas:

1) Trump está tentando seguir uma agenda de reocupação do intenso espaço comercial, econômico e político perdido no Brasil ao longo dos últimos 20 anos, quando as relações comerciais Brasil-EUA despencaram de 24% para 12%, devido à diversificação da nossa pauta de exportações e importações. Nosso país é estratégico para a reconquista desses espaços na América Latina, que o próprio Secretário de Defesa dos EUA chama de "nosso quintal histórico".

2) Para isso, utiliza a existência no Brasil da extrema-direita, do bolsonarismo, que atua a serviço exatamente dos interesses hegemônicos dos EUA em nosso país e dos bilionários locais. E não é uma questão de opinião, já que há anos Bolsonaro e seus aliados afirmam isso sem a menor cerimônia, manejando um falso "nacionalismo", votando sistematicamente no Congresso Nacional e nos parlamentos da federação, inclusive aqui na capital, em projetos que enfraquecem os direitos trabalhistas do setor privado e do funcionalismo público. Lembremos o posicionamento dos bolsonaristas aqui na Câmara Municipal ao lado do prefeito Nunes.

Logo, o tarifaço anunciado usa o bolsonarismo como instrumento de agitação política e desestabilização do governo do presidente Lula, uma vez que continua com força em importantes setores da sociedade brasileira, no Congresso Nacional e em estados chaves, como é o caso do governador Tarcísio de Freitas, que só foi eleito graças ao apoio decidido de Bolsonaro. Tarcísio apoiou o tarifaço anunciado e as medidas de restrição de vistos para ministros do STF, colocando sua militância a serviço da extrema direita acima dos interesses do povo de São Paulo, que será um dos mais afetados economicamente caso Trump cumpra a ameaça contra o Brasil.

O cenário é de confronto aberto dos EUA contra o Brasil, que ocupa um espaço de grande relevância no cenário global, a partir dos BRICS, cuja criação foi uma iniciativa do próprio presidente Lula.

Nesse contexto, é fundamental que o funcionalismo municipal una esforços na composição de uma grande frente patriótica em defesa da soberania brasileira e do desenvolvimento econômico e social do nosso país sem qualquer tipo de interferência estrangeira.

O Brasil é uma democracia regida pela Constituição Cidadã de 1988, tem leis e regras próprias, um Estado Nacional com Três Poderes que têm independência entre si e não cabe a qualquer governo de nenhum país impor nenhuma medida que viole esse arcabouço institucional constituído a duras penas após a ditadura militar de 64, que foi estimulada e apoiada pelo governo dos EUA daquela época e que ainda hoje é cantada em verso e prosa por Bolsonaro e seus seguidores.

É com esse contexto imediato que seguiremos travando a luta em defesa dos interesses da nossa categoria e do povo brasileiro. É contribuindo com o diálogo com o povo, especialmente com setores que ainda aceitam as pregações da extrema direita, que

seguimos lutando no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal, na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade, com gestão democrática, e que garanta aos profissionais da educação a devida valorização pelo seu trabalho, associando tudo isso aos principais interesses do povo brasileiro.

Nesse palco complexo da geopolítica internacional e da política brasileira, o SINESP seguirá denunciando e organizando a categoria contra os desmandos e desmontes do prefeito Ricardo Nunes, que a cada momento desfecha ataques intensos contra colegas que têm intensa responsabilidade com o ensino público.

Uma das expressões do nosso compromisso é a grande vitória obtida na justiça pelo retorno dos diretores afastados pela PMSP, invalidando a Convocação SME nº5/2025, luta que segue para que a medida seja anulada definitivamente, juntamente com a Lei 18.221/2024.

O SINESP chama a categoria a participar das ações e lutas sindicais. A mobilização é o caminho para as vitórias. Juntos seguimos mais fortes!

B. Ações e lutas Sindicais

1. Manifesto e assinaturas contra intervenção nas unidades

A Lei 18.221/2024 e a Convocação SME nº 5/2025 atacam como nunca antes na história da cidade os serviços e os servidores públicos. Ambas têm como objetivo principal abrir as portas do município para a privatização. Esses dois instrumentos utilizados pela PMSP atacam a Gestão Educacional e a carreira docente, e tentam naturalizar fatos de natureza gravíssima: a intervenção em unidades educacionais (UEs), ferindo direitos e a gestão democrática das escolas com o afastamento de 25 diretores sob o pretexto da realização de um curso de reciclagem.



O SINESP, que sempre lutou contra essas ações privatistas do governo municipal, organizou a luta em diversas frentes, a fim de impedir a prefeitura de seguir com esses ataques à categoria, aos serviços e aos servidores públicos da educação.

Por um lado, reuniu os diretores afetados e ofereceu a eles atendimento e orientações administrativas, jurídicas e políticas. Em outra frente, entrou com ação civil pública solicitando parecer do Ministério Público e liminar contra a intervenção da prefeitura. Diante do absurdo proposto pela PMSP, o SINESP obteve uma grande vitória, a Justiça concedeu liminar ao Sindicato determinando o retorno imediato dos diretores afastados ao trabalho em suas UEs.

O SINESP vem realizando panfletagens por toda a cidade, dialogando com a população e apresentando os riscos de privatização da educação pública, que pode seguir o mesmo caminho de outras terceirizações, como serviço funerário, saúde, água e energia elétrica, que trazem problemas recorrentes à cidade e passaram a ter custos altíssimos à população.

Os Dirigentes Sindicais fazem um trabalho de acompanhamento de todas as unidades educacionais que sofreram intervenção e tiveram os diretores afastados, dialogando com a comunidade educativa sobre a importância da luta e mostrando como a decisão da PMSP foi injusta e arbitrária.

A Diretoria do SINESP tem estado nas escolas para dialogar com a base, mostrar as implicações da Lei 18.221/2024 e da Convocação SME nº 5/2025 e mobilizar para a luta, porque nesse momento de ataque privatista da PMSP nenhuma unidade educacional está segura. É preciso se levantar contra a destruição da carreira e dos serviços públicos.

O Sindicato lutará sempre para que os cargos da educação pública da cidade de São Paulo sejam ocupados por funcionários públicos e que sejam acessados por meio de concursos.

2. Em reunião com a SME dia 25/7, COEDUC entrega reivindicações e cobra valorização profissional

SINESP, Sedin e Sinpeem, Sindicatos que compõem a COEDUC, se reuniram com o Secretário adjunto de Educação e equipe na sexta, 25/7, para apresentar a pauta de reivindicações da categoria centrada em itens do protocolo de negociações da Campanha Salarial como:

►Valorização dos trabalhadores.

►Revogação da Lei 18.221/24.

►Melhoria das condições de trabalho e de atendimento aos estudantes.

►Descongelamento de direitos para fins de evolução.

►Incorporação dos valores dos abonos complementares do piso salarial.

►Medidas urgentes referentes à saúde e à segurança dos trabalhadores, entre outros.

COEDUC rejeita proposta da SME para o pagamento do PDE

Na reunião, a Secretaria confirmou o pagamento da primeira parcela do PDE em agosto e apresentou um power-point com propostas de mudanças nos critérios para o prêmio completo.

O SINESP e os demais Sindicatos da COEDUC rejeitaram as propostas trazidas pela SME. Elas indicam a intenção do governo de dar continuidade à desqualificação e punição dos Diretores e demais trabalhadores da educação e de manter ações acopladas à Lei 18.221/24, usando também o PDE nas políticas de privatização da gestão e de toda a educação municipal.

O SINESP reafirmou as reivindicações da categoria:

►PDE para todos os profissionais da educação sem atrelamento a qualquer meta.

►Incorporação dos valores do PDE aos salários.

►Fim da punição aos trabalhadores que tiram licença para atendimento e tratamento médico.

►Discussão e elaboração coletiva da proposta para o PDE com participação dos representantes sindicais da categoria.

Nos encaminhamentos da reunião, a SME disse que avaliará a solicitação da COEDUC de suspensão da tramitação do decreto do PDE para discussão e ajustes.

Outras reivindicações específicas para o PDE 2025 são:

► Antecipação no valor de R$ 4.600,00 para todos os profissionais da educação, ativos e aposentados.

►Segunda parcela em janeiro de 2026, sem redução.

►Sem descontos por licenças médicas ou faltas abonadas.

►Sem cortes por dias de greve durante o processo negocial.

►Inclusão de quem entrou na rede após 31/05/2025.

►Criação de comissão paritária para discutir a incorporação do PDE aos vencimentos.

3. Professores readaptados e a garantia da JEIF

Em mais uma importante VITÓRIA, o SINESP conquistou na segunda, 28 de julho, sentença definitiva em 1ª instância para a ação coletiva que garante a manutenção da Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) aos profissionais readaptados e licenciados para tratamento de saúde por mais de 30 dias.

A vitória conquistada pelo SINESP, em defesa dos profissionais readaptados, contempla todos trabalhadores envolvidos, inclusive os que eventualmente entraram com ações individuais, perderam e sofreram descontos. Por isso a SME publicará normativa para rever os descontos realizados.

4. Concurso para Diretor

O SINESP defende o provimento de todos os cargos por meio de concurso público. Nas mesas de negociação, tem defendido a abertura de novos concursos para gestores educacionais, a ampliação de módulos e criação de novos cargos de supervisores escolares.

A Secretaria da Educação iniciou processo administrativo para realização de concurso para Diretor de Escola, entretanto a Junta-Orçamentário-Financeira negou o pedido, sob a justificativa de insuficiência financeira.

O SINESP solicitou à SME vistas ao

processo e pediu informação atualizada sobre os cargos de gestores educacionais vagos. Depois de muita demora, a SME concedeu vistas ao Sindicato.

O jurídico do SINESP está analisando todos os documentos contidos no processo. Depois dessa análise, o Sindicato fará a contestação e a cobrança necessárias para abertura e realização do concurso, seguindo seus princípios e lutas históricos que são, nesse momento, fundamentais no enfrentamento ao projeto de privatização da Educação Pública Municipal.

5. SINESP organiza Grupo de trabalho para discutir o PTRF

O SINESP organizou o GT para analisar as necessidades, mudanças e melhorias no gerenciamento dos recursos financeiros repassados às UEs.

A legislação recente trouxe alterações que não dialogam com a realidade do trabalho das unidades educacionais e segue engessando e dificultando o gerenciamento dos recursos.

A data da primeira reunião on-line desse GT é dia 6 de agosto, às 18h30. Os interessados em participar devem se inscrever até o dia 5 de agosto pelo telefone/whatsapp 3116-8400. Os demais encontros e a dinâmica dos trabalhos serão definidos pelos participantes.

6. IN de formação

O SINESP reconhece e defende, historicamente, a formação continuada como princípio estruturante da valorização profissional e do aprimoramento da prática educativa. Ela deve ser compreendida como direito dos trabalhadores da educação e como um compromisso político com a qualidade social da escola pública.

A formação é espaço para a construção coletiva de saberes, fortalecimento da identidade de gestores e docentes e ampliação da autonomia pedagógica.

No entanto, é preciso problematizar os sentidos que vêm sendo atribuídos a determinadas formações no atual contexto da Rede Municipal de Educação na Cidade de São Paulo, como o Programa Juntos pela Aprendizagem (IN nº 25/2025), que desdobrou no projeto "Aprimorando Saberes Diretores de Escola" e a reorganização do "Programa Aprender e Ensinar" (IN nº 02/2025).

Essas iniciativas de SME e PMSP têm sido mobilizadas não como estratégias genuínas de valorização profissional, mas como instrumento para legitimar políticas de desmonte, como a terceirização de funções na escola pública.

A forma como se deu a implementação do Projeto Aprimorando Saberes Diretor de Escola, com o afastamento compulsório dos Diretores e a nomeação de um terceiro Assistente de Diretor, à margem da legislação e baseado em critérios pouco transparentes e insustentáveis a médio e longo prazos, é uma prova disso.

A luta não é contra a oferta de formação, mas contra essa política que desrespeita a trajetória formativa da rede, oprimindo e adoecendo os gestores escolares e abrindo portas para transformar a educação em mercadoria.

A retórica da "reciclagem" vem sendo usada para validar a contratação de profissionais por meio de organizações do Terceiro Setor, precarizando vínculos, tirando a responsabilidade dos órgãos centrais e fragmentando a construção coletiva das políticas educacionais. Essa lógica esvazia o sentido emancipador da formação continuada e transforma um direito em mecanismo de adaptação a modelos gerencialistas, neoliberais e privatizantes.

O SINESP defende uma formação que assegure os princípios democráticos, promova reflexão crítica, diálogo com a prática cotidiana (práxis) e fortaleça as condições de trabalho, e não aquela direcio-

nada a formar e adequar sujeitos a modelos que retiram direitos e descaracterizam o caráter público e democrático da escola.

A formação deve estar a serviço da escola pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada — e jamais ser utilizada como verniz para a implementação de políticas de terceirização e precarização do trabalho.

Cabe ressaltar a importância da participação dos Sindicatos na construção das propostas de formação, para que estas possam de fato qualificar os gestores e docentes, respeitando as necessidades de cada território e valorizando o percurso da rede.

7. Contratos de limpeza

O SINESP cobrou da SME a solução para problemas enfrentados na contratação de empresas que cuidam da limpeza das unidades educacionais. Esse serviço é fundamental para a prestação de bom atendimento aos munícipes. A aplicação de multas com valores extremamente baixos não tem se mostrado uma medida capaz de resolver as questões graves enfrentadas pelas escolas, que sofrem com a falta de materiais e de profissionais para a limpeza.

Funcionários de empresas contratadas pela prefeitura têm denunciado a precariedade das condições de trabalho, o atraso e até a falta de pagamento, o que já levou, inclusive, a paralisações das atividades, fato gravíssimo que prejudica o atendimento às UEs e coloca a segurança sanitária de estudantes e profissionais em risco.

Essa questão está na pauta de reivindicações do SINESP para negociação com a SME, uma vez que a precarização desses serviços terceirizados afeta a atividade fim e a ação dos gestores nas unidades, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. Diante disso, o SINESP cobrou a SME e a Secretaria de Gestão e entrou com denúncia junto ao Conselho Municipal de Educação, ao TCM e à Câmara Municipal.

O SINESP luta por concurso público para todos os trabalhadores, para a garantia de atendimento de qualidade na escola pública, com profissionais adequadamente remunerados, com garantia de materiais de qualidade e condições adequadas de trabalho. Ao mesmo tempo, solidariza-se com os trabalhadores terceirizados que têm enfrentado condições inadequadas de trabalho e falta de pagamento.

8. Liceu Sagrado Coração de Jesus

O SINESP solicitou que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP) cobre da Prefeitura de São Paulo (PMSP) explicações sobre a realização do convênio entre o governo municipal e o colégio privado Liceu Coração de Jesus. Foram solicitadas informações acerca do número de alunos da Rede Municipal de Ensino atendidos pelo convênio e a prestação de contas sobre o valor pago pela prefeitura para esse atendimento.

É importante lembrar que, recentemente, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) entrou com uma ação civil pública contra o convênio firmado entre a PMSP e o colégio Liceu Coração de Jesus. O MP solicita que a Justiça cancele o acordo e acusa a prefeitura de repassar ao colégio a gestão integral de uma unidade educacional pública sem que professores e gestores sejam concursados.

O SINESP vem denunciando as ilegalidades e a falta de transparência desse acordo desde que a PMSP e o Liceu firmaram essa parceria e seguirá acompanhando e cobrando explicações sobre esse convênio às autoridades competentes.

9. PEC 66/2023 - RPPS e precatórios

O SINESP atuou em Brasília na luta contra a PEC 66/2023, que faz alterações na legislação prejudiciais ao funcionalismo público. O texto aprovado nos dois turnos da Câmara dos Deputados teve aprovação em primeiro turno no Senado às vésperas do recesso parlamentar.

O texto da PEC 66 permite que União, estados e municípios parcelem suas dívidas previdenciárias em até 300 meses, ou seja, 25 anos, estendendo o prazo para que sejam pagas aos beneficiários. O SINESP é contrário a essa alteração na lei, porque ela afeta direitos históricos conquistados com muita luta pelo funcionalismo público.

A proposta de emenda à constituição impõe limites orçamentários para o pagamento de precatórios, que antes eram fixados em 5% da Receita Corrente Líquida. Caso o texto seja aprovado da forma como está tramitando no Senado e sancionado pelo presidente da República, esse percentual poderá variar de 1% a 5%.

Até 2026, os pagamentos de precatórios previdenciários estarão fora do teto de gastos, mas, a partir de 2027, serão incorporados gradualmente em percentual mínimo de 10% ao ano.

O texto determina que a partir de 1/8/2025 a atualização monetária dos precatórios seja feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A compensação de mora, aplicada a partir da data de expedição do precatório, será de juros simples de 2% ao ano, não podendo haver incidência de juros compensatórios.

Uma nova regra criada pelo relator do projeto, o deputado Baleia Rossi (MDB/SP), determina que se o valor resultante da soma de IPCA + juros de 2% ao ano for maior do que a taxa selic no mesmo período, deverá ser substituído por ela.

Os investimentos em saúde e educação, extremamente importantes para a maioria da população do país, que causaram grandes debates em Brasília, ficaram fora do teto de gastos.

A votação no Senado em primeiro turno foi rápida e não alterou o texto. No segundo turno, o relator, Senador Jacques Wagner (PT), pode incluir à PEC trecho que obriga estados e municípios a adotarem as regras previdenciárias da EC 103/2019, editada no governo Bolsonaro que, entre outras maldades, instituiu o aumento da idade mínima para aposentadoria e o confisco de benefícios abaixo do teto do INSS. Isso só não ocorrerá se a legislação do ente federativo for mais rígida que a da EC 103/2019.

Desde que a PEC 66 começou a tramitar em Brasília, o SINESP e a assessoria parlamentar que trabalha para o Sindicato na Capital Federal fizeram inúmeras articulações em luta para que a PEC 66 fosse arquivada e continuarão combatendo tentativas de destruição de direitos dos servidores públicos.

10. Confisco previdenciário: Apensamento da PEC 6/24 à PEC 555/06

O SINESP atua em Brasília pela aprovação da PEC 06/2024, conhecida como PEC Social, de autoria do Deputado Federal Cleber Verde (MDB/MA) — que determina o fim da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas de forma escalonada — e solicita que seja apensada à PEC 555/2006. Os textos tratam de matérias conexas, uma vez que a PEC de 2006 propõe o fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos aposentados e pensionistas do serviço público.

Ao todo, já foram protocolados 308 requerimentos de apensamento e cabe ao presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos/PB) decidir deferi-lo ou não. A luta pela correção dessa grande injustiça que prejudica e afeta a qualidade de vida dos servidores aposentados e pensionistas é uma ds prioridades do SINESP.

Julgamento de ADIs no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou 13 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que

questionam pontos da Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, Emenda Constitucional (EC) 103/2019, que embasa o confisco previdenciário de 14% dos servidores públicos aposentados e pensionistas. Um deles trata da contribuição sobre valores dos proventos acima do salário mínimo, quando comprovado saldo deficitário atuarial no RGPS.

Nove ministros julgaram procedentes a maioria dos dispositivos, um foi contrário e um pediu vistas. O próximo passo é a conclusão do julgamento ser colocada na pauta do STF.

Em São Paulo, o SINESP compõe os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPREM e luta pela revogação da contribuição previdenciária de 14% dos servidores públicos ativos e aposentados. O Regime Próprio de Previdência Social de São Paulo possui superávit financeiro, o que reafirma o posicionamento do SINESP.

11. Descongelamento será votado na Câmara

Após anos de luta intensa, com grande protagonismo dos Dirigentes e conselheiros do SINESP e de toda a categoria, o PLP 143/2020, que tem apensado o PLP 21/23, de autoria da Deputada Profª Luciene Cavalcante (PSOL/SP), entrou na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados para ser votado.

Com isso, os servidores públicos que trabalharam durante a pandemia de Covid-19 e tiveram 583 dias subtraídos injustamente, poderão, enfim, ver essa injustiça ser corrigida.

A aprovação do PLP leva ao descongelamento dos quinquênios, sextas-partes e equivalentes dos servidores públicos, com pagamento retroativo. Uma vez aprovado na Câmara, o texto irá para o Senado e à sanção do Presidente Lula.

O SINESP manterá a mobilização e a pressão para que o projeto consiga os 300 votos necessários para ser aprovado e corrigir uma injustiça histórica com os profissionais da educação pública. Para isso, chama toda a categoria a se engajar nessa luta. É hora de nos unirmos ainda mais para que o "Descongela" seja aprovado em Brasília e possibilite o encaminhamento no município.

12. Plano Nacional de Educação - PNE

O Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2025-2035, vem sendo discutido há tempos e definirá os rumos da educação no país nos próximos dez anos. O SINESP tem organizado e participado ativamente de discussões que visam à construção coletiva de metas para o PNE e que definam pontos que devem ser defendidos como prioridade para constarem no documento final a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Nas últimas semanas, Dirigentes Sindicais do SINESP estiveram em Brasília e participaram de audiências públicas que discutiram metas do Plano.

Além disso, encontraram-se com o Deputado Federal Moses Rodrigues (União Brasil-CE), Relator da Comissão Especial que analisa o PNE na Câmara dos Deputados. Na conversa, o Sindicato defendeu que pontos importantes à educação pública constem no documento que regerá o PNE no próximo decênio.

A participação da categoria é fundamental para a construção de um PNE que reflita as necessidades e os objetivos de uma educação pública de qualidade, feita com gestão pública, por servidores públicos.

C. Jurídico

1. Ações dos 81%

Diante das negativas de cadastro do reajuste de 25,32% conquistado pela ação vitoriosa, o jurídico do SINESP peticionou na justiça pedido de cumprimento total da sentença. Nestes últimos meses aguardamos a manifestação do juiz e, no início de julho, foi apresentada sentença favorável ao SINESP, determinando à PMSP cadastro do reajuste aos filiados, independentemente da data de designação/ nomeação. A prefeitura recorreu e, neste momento, o SINESP aguarda a manifestação final da justiça.

Precatórios

Filiados que tiveram valores homologados pela justiça terão este ano o número de precatório com data base para início da contagem de tempo para pagamento ou negociação com a prefeitura em 2026. O SINESP encaminhará correspondência com informações sobre o número de precatório e as possibilidades de negociação de valores com a prefeitura.

28º Congresso do SINESP

Com o tema **"Educação Pública, tecnologia, sustentabilidade e impacto social" o 28º Congresso do SINESP será realizado entre 9 de setembro a 12 setembro** no Teatro Gazeta, Av. Paulista, 900.

As inscrições vão de 1 de agosto a 1 de setembro. O link estará disponível no site do SINESP. O valor é R$ 160,00 com retorno em vale-refeição para os almoços nos dias de evento.

Desafios da educação num mundo em rápida transformação

O tema deste ano proporá reflexões quanto aos desafios, ao papel e ao trabalho da educação nesse momento em que proliferam ataques privatistas ao sistema público, acúmulo de problemas relativos a cortes de verbas e outras formas de negligência e abandono de governos nas diversas esferas do estado.

Qual o papel da escola nesse contexto? Quais as possibilidades de sobrevivência para o ensino público, gratuito e de qualidade? Quais os diagnósticos para atuar nessa realidade com uma educação de resistência, emancipadora e humanista. Os desafios são enorme e exigem reflexão conjunta!

Canal do SINESP no WhasApp

SIGA O CANAL E RECEBA MENSAGENS COM ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP passou a utilizar o canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Para ficar por dentro de todas as informações enviadas pelo SINESP é necessário que o filiado siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP. Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZ0tTEwEjvw9myzH1g